

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026
(Do Sr. Alfredo Gaspar)

Solicita informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Wellington César Lima e Silva, para prestar esclarecimentos sobre o pedido da Polícia Federal de ampliação de prazo e a alegação de falta de efetivo na Operação “Sem Desconto”, que investiga fraudes no INSS e inclui a análise dos sigilos bancário, fiscal e telemático de Fábio Luís Lula da Silva (Lulinha).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Wellington César Lima e Silva, para prestar esclarecimentos sobre o pedido da Polícia Federal de ampliação de prazo e a alegação de falta de efetivo na Operação “Sem Desconto”, que investiga fraudes no INSS e inclui a análise dos sigilos bancário, fiscal e telemático de Fábio Luís Lula da Silva (Lulinha).

Solicito que sejam respondidas pelo Ministro as demandas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que reconheça como fundamentais e relevantes para a compreensão dos fatos:

1. Considerando que a Polícia Federal informou ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, necessitar de mais prazo para concluir a análise do vasto material apreendido na Operação “Sem Desconto”, alegando falta de pessoal para examinar cerca de 1.700 itens, mesmo após a autorização de quebras de sigilo bancário, fiscal e telemático de Fábio Luís Lula da Silva (Lulinha), quais providências técnicas e administrativas concretas foram adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pela Direção-Geral da Polícia Federal para reforçar a equipe, garantir a continuidade das apurações e evitar qualquer atraso injustificado na investigação que envolve diretamente o nome de Lulinha?
2. A Operação “Sem Desconto” apura um esquema bilionário de descontos indevidos e empréstimos consignados fraudulentos em benefícios do INSS, que atingiu milhões de segurados, e as investigações já identificaram linhas de apuração sobre a mudança de Lulinha para a Europa, sua relação com Antonio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, possíveis repasses por intermédio de terceiros e o custeio de viagens por lobistas ligados ao esquema. Tendo em vista que informações sobre diligências específicas em curso são sigilosas, queira o Ministro informar se, à luz dessa gravidade, o Ministério da Justiça e Segurança Pública considera adequado o atual ritmo das apurações e quais medidas de gestão e de reforço de pessoal vêm sendo discutidas ou adotadas para assegurar que todas as etapas necessárias sejam concluídas em tempo razoável no que se refere ao caso Lulinha.



3. À vista da gravidade do esquema e do papel atribuído a Lulinha como possível facilitador político do operador central das fraudes, conforme descrito no relatório final apresentado por este parlamentar à CPMI do INSS e em diversas reportagens sobre o tema, e considerando a sensibilidade institucional decorrente de se tratar do filho do atual Presidente da República, que medidas foram adotadas pelo diretor-geral da Polícia Federal para assegurar tratamento isonômico e prioridade investigativa ao possível envolvimento de Fábio Luís Lula da Silva, em patamar equivalente ao conferido aos demais investigados apontados como chefes ou articuladores do esquema contra aposentados e pensionistas?
4. Diante da sequência de fatos noticiados relacionados à condução das investigações, notadamente a alegação de falta de pessoal, pedido de prorrogação de prazo, demora na análise do material apreendido e os debates sobre a condução das investigações, bem como a existência de elementos relevantes apresentados à CPMI do INSS que apontaram, em tese, para o possível envolvimento de Lulinha, além dos questionamentos já formulados por este parlamentar em requerimento de informação anterior acerca da substituição do delegado responsável pelas investigações, queira o Ministro informar se o Ministério da Justiça e Segurança Pública realizou alguma avaliação interna sobre eventual negligência, omissão ou despriorização da apuração do envolvimento de Fábio Luís Lula da Silva nas fraudes do INSS; em caso positivo, quais foram as conclusões e que providências correicionais ou administrativas foram determinadas à Direção-Geral da Polícia Federal para corrigir eventuais falhas e garantir a integridade das apurações.

Justificação

Na condição de Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou os desvios bilionários no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), este parlamentar acompanha com absoluto rigor técnico cada desdobramento das apurações que visam proteger o patrimônio público e a previdência dos brasileiros. Os trabalhos da CPMI e as operações da Polícia Federal evidenciaram um esquema nacional de descontos associativos e empréstimos consignados fraudulentos que produziu irregularidades estimadas em bilhões de reais e atingiu milhões de aposentados e pensionistas.

É fato público que o relatório final apresentado por este parlamentar à CPMI do INSS descreveu com riqueza de detalhes a existência de núcleos técnico, financeiro, empresarial e político e apontou o possível envolvimento de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, como facilitador de interesses do operador central das fraudes, Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”. O conteúdo desse relatório, somado às diversas reportagens sobre o tema, reforça a percepção de um caso de extrema gravidade, com fortes indícios de relação entre o esquema que sangrou aposentados e figuras politicamente expostas.

Paralelamente, a Polícia Federal conduz a Operação “Sem Desconto”, sob a relatoria do Ministro André Mendonça no Supremo Tribunal Federal, apurando justamente esse esquema bilionário de descontos indevidos e consignados fraudulentos em benefícios do INSS. As informações divulgadas indicam que as investigações já identificaram linhas de apuração sobre a mudança de Lulinha para a Europa, sua relação com o “Careca do INSS”, possíveis repasses por intermédio de terceiros e o custeio de viagens por lobistas ligados ao esquema, o que torna



ainda mais sensível a necessidade de uma atuação célere, estruturada e isonômica por parte da Polícia Federal.

Não obstante esse quadro, a própria Polícia Federal informou ao Ministro André Mendonça que necessita de mais prazo para concluir a análise do vasto material apreendido na Operação “Sem Desconto”, alegando falta de pessoal para examinar cerca de 1.700 itens, mesmo após a autorização de quebras de sigilo bancário, fiscal e telemático de Lulinha. Segundo reportagens, apenas parte desse acervo foi efetivamente analisada, e a corporação fala em meses adicionais para cumprir tarefas que já deveriam estar em estágio avançado, o que tem gerado preocupação no próprio Supremo quanto à lentidão das apurações.

Diante desse cenário, este Requerimento de Informação não busca violar o sigilo de diligências específicas nem interferir na autonomia técnica da Polícia Federal, mas sim cumprir o dever constitucional de fiscalização do Poder Legislativo sobre a condução administrativa das investigações. As perguntas formuladas concentram-se em quatro pontos: quais providências técnicas e administrativas foram adotadas para reforçar a equipe, diante da alegação de falta de pessoal; qual é a avaliação do Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre o ritmo atual das apurações e que medidas de gestão vêm sendo discutidas ou implementadas para garantir conclusão em tempo razoável; que ações foram tomadas pelo diretor-geral da PF para assegurar tratamento isonômico e prioridade investigativa ao caso Lulinha, à luz de sua gravidade e de sua sensibilidade institucional; e se já houve alguma avaliação interna sobre eventual negligência, omissão ou despriorização da apuração envolvendo Fábio Luís Lula da Silva, e quais providências correicionais ou administrativas foram determinadas, se for o caso.

Em síntese, não se questiona aqui o conteúdo de atos investigativos sigilosos, mas a forma como o Estado está organizando seus recursos humanos e materiais para enfrentar um escândalo que atinge diretamente a confiança dos brasileiros na previdência pública e envolve o filho do Presidente da República. Ao exigir respostas claras sobre reforço de pessoal, gestão de prazos, isonomia de tratamento e eventuais correções de rumo, o Parlamento cumpre seu papel de garantir que não haja marasmo, seletividade ou blindagem em um caso tão sensível, assegurando que a lei alcance todos de maneira igual, inclusive quando o investigado é alguém ligado diretamente ao poder.

Sala das Sessões, em de maio de 2026

ALFREDO GASPAR
(PL/AL)

